Folha informativa 1/12

Comissão de Desenvolvimento Regional PCP-DORP

AUSTERIDADE À PORTUGUESA: MAIOR ESFORÇO EXIGIDO AOS MAIS POBRES

Entre os seis países mais afectados pela crise na União Europeia, **Portugal é o único onde o esforço exigido pelas medidas de austeridade pesou mais sobre os mais pobres do que sobre os mais ricos**.

A conclusão é de um estudo, publicado pela Comissão Europeia, que analisa os efeitos, em termos de distribuição de rendimentos e condições de vida, das medidas tomadas entre 2009 e Junho de 2011, período do governo PS. Situação que, previsivelmente, se mantém com o actual governo PSD/CDS e a execução do Pacto de Agressão que tem conduzido o país ao afundamento.

Bruxelas afirma que, entre a Grécia, Espanha, Irlanda, Reino Unido, Estónia e Portugal, ou seja, os estados da União Europeia que, naquele período, apresentavam o pior agravamento do déficite ou a maior queda do PIB, Portugal "é o único país com uma distribuição claramente recessiva", ou seja, onde os pobres pagaram proporcionalmente mais que os ricos para o esforço de consolidação das contas públicas.

O estudo conclui que as medidas de austeridade em Portugal provocaram um corte de 4,5% do rendimento disponível para os 20% mais pobres, perdas que podiam ascender a 9% no caso de famílias com filhos. Já os 20% mais ricos, «apenas» sentiram perdas ligeiramente abaixo de 3%, quer tenham filhos ou não.

Estes números agravam-se ao juntar os aumentos das taxas de IVA à quebra do rendimento disponível, atingindo um valor acima de 6% para os 20% mais pobres e menos de 4% para os 20% mais ricos. Naturalmente, as recentes alterações das taxas de IVA sobre produtos essenciais irão acentuar ainda mais estas diferenças, agravando a contribuição fiscal dos mais pobres para a solução (ou será 'para a falsa solução'?) da crise.

O corte nas pensões e nas prestações sociais é apontado como a principal causa desta situação.

O estudo ("*Research Note 2/2011: The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU contries")* indica que, em contraponto, a Grécia foi o país mais «progressivo» – com as medidas a incluírem o aumento de IRS para os mais ricos (e redução para os mais pobres) e a perda de rendimento a ser mais sentida no escalão de rendimentos mais elevados.

O estudo destaca o facto de Portugal ser o País em que é mais evidente a importância da contribuição dos escalões de rendimentos mais baixos para o esforço de consolidação fiscal.

Já a Estónia e a Espanha aplicaram receitas «neutras» neste âmbito, ao passo que a Irlanda e o Reino Unido incutiram medidas de «progressividade suave». A Irlanda é, ainda, o país, dentro deste grupo de seis, com menos pessoas em risco de pobreza.

Portugal acentuou, desta forma, a sua já nada invejável posição como sendo a sociedade mais desigual da União Europeia, com o número de pessoas em risco de pobreza a superar os 20% da população, sendo o agravamento da taxa de risco mais forte nos patamares dos jovens e idosos.